

Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaia
(Coordenação)



Prof. Dr. Francisco J. C. Falcon

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

HISTORIOGRAFIA REPUBLICANA E HISTORIOGRAFIA DA REPÚBLICA

«... o momento presente leva a uma combinação entre história da historia e método, ou melhor, entre historiografia e epistemologia. O termo historiografia basta, a meu ver, para designar essa mescla» (Hartog)¹.

1. Historiografia

No trecho acima, Hartog sintetiza com precisão o sentido atual do termo «historiografia», acrescentando, ainda: «trata-se de uma abordagem atenta dos conceitos e contextos, das noções e dos meios, e sempre mais ciosa de suas articulações, preocupando-se com a cognição e a historicização mas vigilante frente às seduções dos reducionismos». Ao tentarmos empreender este breve estudo da historiografia da República, queremos evitar, se possível, aquelas abordagens tradicionais preocupadas em enumerar, segundo algum critério mais ou menos óbvio — cronológico, temático, autoria — os trabalhos de história relativos a determinado período ou acontecimento. Pensamos que o trabalho historiográfico enquanto história

¹ HARTOG, François, *O Século XIX e a História. O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003, p. 22.

da história, comprometido com as condições de produção e o embasamento epistemológico dos diferentes discursos históricos, tem sempre diante de si uma questão essencial quando se trata de abordar determinado período histórico: a diferença, para nós inevitável, entre os textos produzidos durante a própria época estudada e aqueles elaborados a posteriori. Tal diferenciação entre textos *contemporâneos* e textos posteriores à época em exame, constitui hoje em dia uma questão teórica essencial. Afinal, as narrativas e interpretações dos contemporâneos não constituem propriamente *histórias*, em sentido mais rigoroso, mas tão somente *crônicas*, em sentido lato. Histórias, enquanto *narrativas* de acontecimentos passados, são aquelas produzidas depois de encerrado o período em foco. Seria assim como estabelecer uma distinção entre aqueles escritos produzidos no calor da hora, engajados ostensivamente, quer política, quer ideologicamente, e os trabalhos posteriores, menos comprometidos ou interessados em assumir esta ou aquela posição, bem mais fiéis, portanto, à conhecida afirmação de que Minerva sempre alça vôo no crepúsculo, ao findar do dia. Uma distinção como esta que acabamos de propor colide não apenas com as maneiras habituais de empreender estudos historiográficos mas, também, com algumas das propostas teóricas ditas *pós modernas* acerca de conceitos como passado e presente, fontes documentais e evidências, relatos enquanto simples *crônicas* ou já estruturadas como narrativas. Todavia, esta não é propriamente a ocasião mais adequada à discussão de tais questões. Fiquemos, portanto, como hipótese central, com a diferença que supomos existir entre as obras *históricas* produzidas entre 1889 e 1930 e aquelas que são posteriores a este período.

2. A idéia de *república*

Não é de hoje que nos vemos diante da tendência a essencializar a idéia mesma de *república* atribuindo-lhe o caráter de entidade eterna e universal. Contra essa metafísica conceitual julgamos que o método mais adequado

é ainda a historização do conceito. Foi assim que procedemos em trabalho que produzimos acerca da «idéia de republica no século XVIII», a propósito do que poderia ser realmente o ideal «republicano» em Tiradentes². Adotamos como nosso ponto de partida a noção da não transparência de sentido, ou melhor dizendo, a idéia do pluralismo de sentidos quase sempre associados a uma determinada palavra em lugares e tempos históricos diferenciados. Assim, talvez seja possível pensar que os sentidos de *republica* podem variar e de fato variam conforme a época que se tenha em vista. Tal perspectiva já fora por nós explicitada quando redigimos um capítulo sobre *História das Idéias*, na coletânea intitulada *Domínios da História*³. Hoje em dia, por sinal, podemos observar a importância assumida por esta perspectiva dita *contextualista* através dos trabalhos de Skinner, Pocock, Dunn⁴ e, entre nós, nos textos de Bignotto e Furtado⁵, nos quais se discute a presença de um certo ideal republicano antigo, ou romano-renascentista, muito anterior à Revolução Francesa.

3. O caso brasileiro

No caso brasileiro, a história dita republicana compreende de fato as histórias das republicas que se sucederam entre nós a partir de 1889. Ideologicamente, é claro, a crença na permanência de algo assim como um certo *ideal republicano* que sobrevive às mais variadas contingências his-

² FALCON, Francisco J. C., «O Imaginário Republicano do Século XVIII e Tiradentes», in: Tiradentes Hoje. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994, pp. 101-138.

³ Idem, História das Idéias, in: Cardoso, Ciro F. S. e Vainfas, Ronaldo, (Orgs.) – Domínios da História. Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 91-125.

⁴ SKINNER, Quentin, Liberdade antes do liberalismo. S. Paulo, UNESP/CAMBRIDGE, 1999, tradução de Raul Fiker. Pocock, J.G.A., Linguagens do Ideário Político. S. Paulo, EDUSP, 2003. Tradução de Fabio Fernandez. Dunn, John, Western Political Theory in the Face of the Future. Cambridge, University Press, 1993, Canto Edition.

⁵ BIGNOTTO, Newton, Pensar a República. Belo Horizonte, UFMG, 2000; FURTADO, João Pinto, O Manto de Penélope. História, Mito e Memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789; PAGDEN, Anthony (Ed) – The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe. Cambridge, University Press, 1990.

tóricas é sempre possível. Para o historiador, no entanto, fica um tanto complicado deixar de lado as diferenças reais entre épocas caracterizadas pela existência de formas ditas *republicanas* mas muito diferentes entre si, como, aliás, tem sido reconhecido pelos historiadores nas últimas décadas. Na prática historiadora a tendência que se tornou aos poucos dominante foi a de estudar as varias republicas como realidades distintas, com características próprias, sem se perder de vista entretanto as relações entre elas. Apenas no caso de uma historiografia mais antiga, produzida entre os anos de 30 e 50, aproximadamente, encontramos autores empenhados em produzir algo assim como histórias gerais da Republica a qual, na verdade, se identificava praticamente com a chamada *Republica Velha*, podendo ou não abranger também o período posterior a 1930. Tais vêm a ser os casos, por exemplo, das obras de J. M. Bello, L. Basbaum, P. Calmon, J. C. Costa, entre outros. Aos poucos, no entanto, os diversos períodos ditos *republicanos* foram se constituindo enquanto objetos históricos distintos, com características específicas, tal como se observa, apenas para exemplificar, nos trabalhos produzidos por E. Carone e B. Fausto. Aos poucos, também, o próprio desenvolvimento teórico-metodológico da historiografia contemporânea levou a uma espécie de *fragmentação* temática, traduzida em trabalhos e estudos dedicados a aspectos históricos específicos em função de recortes ditados pelas especializações dos próprios historiadores.

Julgamos necessárias as explicações acima apresentadas, pois, constituem a justificativa necessária à nossa decisão de circunscrever este estudo ao período situado entre 1889 e 1930, ou seja, à época da Primeira República, ou *República Velha* — notando-se neste caso que estas denominações foram produzidas *a posteriori*, pois, em sua própria época, ela era apenas a Republica, adjetivada ou não, é claro, porém segundo perspectivas contemporâneas, ainda não temporalizadas. Para o efeito desta visão algo sumária que aqui vamos apresentar, nosso trabalho deverá compreender duas partes principais: A – os textos produzidos entre 1889 e 1930; B – os textos posteriores à Revolução de 1930.

A – Os textos *contemporâneos* distribuem-se ao longo de três períodos ou *momentos* sucessivos, os quais, no entanto, não devem ser vistos como totalmente separados entre si: 1.º – O período inicial da República, logo após a proclamação do novo regime e a promulgação da Constituição de 1891. Defrontam-se então, durante alguns anos, republicanos e monarquistas, moderados ou radicais. 2.º – O período das reivindicações reformistas expressas sobretudo na campanha *civilista*, em nome dos princípios e ideais da Constituição federalista republicana; 3.º – O período posterior à Primeira Guerra Mundial, a década de 1920, marcado por diversas crises, sobretudo aquela associada ao movimento *tenentista*, e que irá desaguar no movimento revolucionário de 1930⁶.

1.º período – de 1899 ao final do século XIX

Abrange obras nas quais o tema principal é a explicação/interpretação para o fim do Império e o advento da República, através de versões produzidas pelos contemporâneos. Trava-se uma verdadeira batalha entre uma documentação contraditória e os argumentos invocados pelos autores a respeito dos acontecimentos históricos. À visão dos republicanos⁷ contrapõe-se a dos monarquistas⁸. Mais eclético, Max Leclerc, viajante francês, testemunha da proclamação da República, registrou no livro *Cartas do Brasil*⁹, uma síntese das versões então mais aceitas sobre a queda da monarquia e a instauração do regime republicano.

⁶ COSTA, Emilia Viotti da, «Sobre as origens da República», in: Idem, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. S. Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 243-290.

⁷ SUETÔNIO, *O Antigo Regime, Homens e Coisas*. Rio de Janeiro, 1896, *apud* Costa, Emilia Viotti, *op. cit.* p. 245; Eduardo Prado, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, S. Paulo, 1902; Visconde de Ouro Preto, *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, Paris, 1889; Visconde de Taunay, *Império e República*, S. Paulo, 1933; todos citados em Costa, Emilia Viotti da, *op. cit.*, pp. 246-248.

⁸ Segundo Viotti da Costa, houve numerosos historiadores que se filiaram à tendência monarquista, ora por serem conscientemente monarquistas, ora por se fiarem em documentos testemunhais sem submetê-los à devida crítica, podendo-se citar como exemplos: Rocha Pombo, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, ou, em período bem mais recente, João Camilo de Oliveira Torres. *cf. op. cit.*, p. 250.

⁹ LECLERC, Max, *Cartas do Brasil*, tradução, prefácio e notas de Sergio Milliet, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942.

Os conflitos que marcaram os primeiros anos da República¹⁰, sobretudo o chamado *florianismo*, bem como as questões políticas e econômico-financeiras que conduziram, nos anos 90, à hegemonia das oligarquias cafeeicultoras, culminando, sob Campos Sales, na imposição da «política dos governadores», tiveram sua síntese na obra de Sertório de Castro¹¹. Americanismo e anti-americanismo, protecionismo e liberalismo econômico, foram alguns dos muitos temas então debatidos, em obras profundamente engajadas¹², devendo aí mencionar-se um livro, de 1906, publicado por Coelho Rodrigues¹³ onde o autor associa as motivações ideológicas das lideranças políticas aos interesses dos fazendeiros como razão de ser do movimento republicano.

2.º período - As duas primeiras décadas do século XX

São típicos desta época os debates entre os partidários das perspectivas *civilistas* e os das posições *militaristas*¹⁴. Embora não fosse propriamente uma novidade, pois a tensão entre civis e militares era anterior à República, a disputa que se estabeleceu então em torno dos argumentos civilistas e militaristas teve ainda como complicador as tomadas de posição monarquistas em termos de franca hostilidade aos militares, do ponto de vista das interpretações acerca do papel destes em 1889. Um dos efeitos mais importantes desse conflito de perspectivas foi o de contaminar por muito tempo as interpretações dos historiadores acerca do período final do Império e dos começos da República. Trata-se de um período extremamente rico em termos do debate de idéias entre filósofos, literatos e cientistas sociais, muitos deles citados, ainda hoje, como expoentes do pensamento

¹⁰ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, p. 251-254.

¹¹ Sertório de Castro, *A República que a Revolução destruiu*. Rio de Janeiro, Oficinas Mundo Médico, 1932.

¹² Eduardo Prado, *A ilusão americana*. S. Paulo, Brasiliense, 1958, 3.ª ed.; cf. Luz, Nícia Vilela, *A luta pela industrialização do Brasil*. S. Paulo, DIFEL, 1959.

¹³ Coelho Rodrigues, *A República na América do Sul*. Eiseleden, 1906.

¹⁴ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, pp. 255-259.

político e social brasileiro. Foram eles, na realidade, grandes ensaístas preocupados com questões tidas então como fundamentais acerca do povo e das instituições brasileiras. Embora não fossem propriamente historiadores, esses intelectuais produziram estudos e crônicas muito importantes para o conhecimento do clima cultural e mental da época, como é o caso, por exemplo, de Lima Barreto e Tobias Monteiro¹⁵ assim como também Euclides da Cunha¹⁶. Tampouco é possível deixarmos de mencionar a importância dos textos de Rui Barbosa¹⁷, Silvio Romero¹⁸ e Manoel Bomfim¹⁹. Apesar de muito diferentes entre si, esses pensadores procuravam responder ou explicar de maneira adequada a questões há muito formuladas pela intelectualidade, acerca do país, do povo e das instituições políticas e sociais vigentes. Da crítica aos *males do presente* passaram alguns à crítica das origens e, a seguir, às propostas supostamente adequadas para reformar o país. Afirmou-se então uma corrente de pensamento autoritário, representada por Alberto Torres e principalmente por Oliveira Vianna²⁰, destinada a uma longa permanência na história brasileira²¹. A campanha eleitoral de 1910, na qual o candidato civilista, Rui Barbosa, concorreu contra o candidato militarista, Marechal Hermes da Fonseca, acirrou ainda mais os ânimos entre opositores e defensores da presença dos militares na política; às

¹⁵ Lima Barreto, Afonso Henriques de, Numa e a Ninfa. Rio de Janeiro, Gráfica Editores, 1950; Tobias Monteiro, Pesquisas e Depoimentos para a História. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913.

¹⁶ Euclides da Cunha, À Margem da História. S. Paulo, Cultrix /INL, 1975. Cf. a III Parte – Esboço de História Política, pp. 155-218.

¹⁷ Rui Barbosa, República: Teoria e Prática. Petrópolis, Vozes /Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.

¹⁸ Silvio Romero, Realidades e Ilusões no Brasil. Parlamentarismo e Presidencialismo e outros Ensaio. Petrópolis, Vozes / Rio de Janeiro, Edit. Tropicália, 1978.

¹⁹ Manoel Bomfim, O Brasil na América. Caracterização da Formação Brasileira. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2.^a ed. (1.^a Ed.1929); Sussekind, Flora e Ventura, Roberto, História e Dependência. Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim. S. Paulo, Editora Moderna, 1984.

²⁰ Alberto Torres, O Problema Nacional Brasileiro. S.Paulo, Editora Nacional/INL , 1978, 3.^a ed. (1.^a Ed. 1914); Idem A Organização Nacional. S. Paulo, Editora Nacional , 1978, 3.^a ed. (1.^a Ed, 1914); Marson, Adalberto, A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres. S. Paulo, Duas Cidades, 1979. Oliveira Vianna, Problemas de Política Objetiva. Rio de Janeiro, Record, 1974, 3.^a ed. (1.^a Ed. 1930); Vieira, Evaldo Amaro, Oliveira Vianna & o Estado Corporativo. S. Paulo, Grijalbo, 1976.

²¹ RODRIGUES, José Honório, História da História do Brasil, Vol. II, Tomo 2 – A Metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1988.

críticas de Eduardo Prado, Tobias Monteiro e Lima Barreto, antes mencionados, veio juntar-se, já nos anos 20, José de Souza Soares, em 1925²².

3.º período – corresponde à década de 1920

Grandes mudanças econômicas e sociais tiveram lugar após a Primeira Guerra Mundial. Os levantes militares, o de 1922 no Rio de Janeiro, e o de 1924, em S. Paulo, trouxeram à tona os projetos do movimento *tenentista* e fizeram, ao mesmo tempo, ganhar novo alento a oposição entre civilistas e militaristas. Descontentamentos com as práticas políticas vigentes, inquietação social, traduziam-se em demandas reformistas nas quais conflitavam propostas mais ou menos radicais e reinterpretações históricas tendentes a buscar no passado republicano as origens das mazelas atuais. Os admiradores do Império, por sua vez, empenhavam-se em exaltar o parlamentarismo e a tradição monárquica como sinônimas daquela ordem e progresso que a República parecia ter circunscrito apenas à bandeira nacional. Expressão destas idéias é o livro de Oliveira Vianna, «O Ocaso do Império»²³. Boa parte dos argumentos interpretativos expostos por Oliveira Vianna — sempre de admiração em relação ao Império e de críticas ao regime republicano, sobretudo aos militares — reapareceu, logo depois, nos livros de José Maria dos Santos e Pandiá Calógeras²⁴.

Nem todos, no entanto, aceitaram acriticamente o esquema explicativo incorporado pela história oficial²⁵, podendo-se mencionar neste caso as posições assumidas por Vicente Licínio Cardoso²⁶ e Manuel Bomfim²⁷.

²² José de Souza Soares, *O militarismo na República*. S. Paulo, Ed. Monteiro Lobato, 1925.

²³ Oliveira Vianna, *O Ocaso do Império*. S. Paulo, Melhoramentos, 2.ª ed. (1.ª ed. 1925).

²⁴ José Maria dos Santos, *Política Geral do Brasil*. S. Paulo, J. Magalhães, 1930; Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, s/d.

²⁵ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, p. 267, nota 51.

²⁶ Vicente Licínio Cardoso, *À margem da História do Brasil (Livro Postumo)* 2.ª ed., S. Paulo, Cia, Ed. Nac., 1938 (1.ª ed., 1933).

²⁷ Manoel Bomfim, *op. cit.*, e *Brasil Nação. Realidade e Soberania Brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931.

A importância de Licínio Cardoso é tanto maior na medida em que ela traz ao debate historiográfico a questão da presença e da importância do positivismo, cuja influência era então relativamente ampla, abrangendo, entre outros Euclides da Cunha e João Ribeiro, além, é claro, do próprio Licínio Cardoso²⁸, cujas idéias sobre a participação dos militares em 1889 rompem com as interpretações derivadas da visão de Oliveira Vianna. Iglesias, no livro sobre *Historiadores do Brasil*²⁹, analisou alguns dos mais importantes textos de valor histórico, publicados no período republicano. A importância das análises de Francisco Iglesias consiste exatamente na discussão do estatuto de historiador atribuído por uma certa tradição aos grandes intelectuais daquela época, sem que se possa saber ao certo quais eram os historiadores propriamente ditos. Capistrano de Abreu, o maior historiador vivo então, praticamente nada escreveu sobre a República. Eduardo Prado, segundo Iglesias, não passou de uma promessa que não nos deixou a esperada obra e seu livro mais conhecido, *A ilusão americana*, publicado em 1894, é um ensaio virulento contra os Estados Unidos e suas relações com a América Latina³⁰. Totalmente diverso é o caso de Oliveira Lima, autor de uma obra histórica respeitável, embora mais voltado para o estudo do período colonial e o processo da Independência de 1822, tendo ficado famoso sobretudo em função do livro *D. João VI no Brasil*, editado em 1908. Segundo Iglesias, Oliveira Lima representa, na historiografia brasileira, a superação da crônica e do *eruditismo*, sendo sua posição conservadora e monarquista³¹.

«Caso mais perturbador para quem se aventura a trabalho do gênero aqui tentado», escreve Iglesias, é o de «autores que marcaram o pensamen-

²⁸ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, pp. 268-269; A. Carneiro Leão, À margem da história da República. Ideais, Crenças e Afirmações. Inquérito por escritores da geração nascida com a República, Rio de Janeiro, 1924.

²⁹ IGLESIAS, Francisco, *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Belo-Horizonte, UFMG, 2000.

³⁰ *Idem*, *op. cit.*, pp 131-135.

³¹ Sobre a obra de Oliveira Lima, cf. Iglesias, F., *op. cit.*, pp. 135-142.

to brasileiro em diferentes campos, só episodicamente tratando de história». Entre eles, lembrem-se nomes como os de Silvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Ronald de Carvalho, João Ribeiro³². A estes autores Iglesias acrescenta uma boa análise dos livros de Manoel Bomfim e das obras, respectivamente, de João Pandiá Calógeras e de Tobias Monteiro³³.

4. A construção de uma historiografia – textos posteriores a 1930

4.1. Denominados de *intérpretes do Brasil*, os historiadores Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior³⁴, não se detiveram muito em analisar a República especificamente. A análise dos fundamentos, a busca do sentido da *formação do Brasil* perpassam os trabalhos desses três cientistas sociais, tão diferentes entre si mas ao mesmo tempo tão próximos, como bem assinalou Antônio Cândido, em face do objetivo comum de produzir uma reinterpretação do Brasil.

Na verdade, as primeiras tentativas de síntese da história republicana vieram de horizontes teóricos bastante diversos: da historiografia *positivista*, nos livros de José Maria Bello e Pedro Calmon, e da historiografia marxista, nos textos de Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré.

A *História da República*, de José Maria Bello, foi editada em 1940, no Rio de Janeiro, pretendendo ser apenas o 1.º dos três volumes que o autor pensava dedicar ao assunto; todavia, a partir da 3.ª edição, passou a abranger o período de 1889 a 1954, com o subtítulo *síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. Na realidade, porém, de seus vinte e cinco capítulos cerca de vinte e dois são dedicados à Primeira República. O autor, já na primeira edição expressa o seu temor em «escrever a história de um

³² IGLESIAS, Francisco, *op. cit.* p. 143.

³³ IGLESIAS, Francisco, *op. cit.*, pp. 149-158, 159-162, e 162-168, respectivamente.

³⁴ Dossiê Intérpretes do Brasil – Anos 30, in: Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de S. Paulo, n.º 38, junho/julho/agosto 1998, pp. 10-92.

regime que mal completa meio século de existência». Ser sincero, objetivo e benevolente no julgamento dos homens constitui o principal compromisso do historiador. Suas referências internacionais são D. L. Dumond, Jacques Bainville, Benedetto Croce, e H. I. Marrou. No Prefácio à 3.^a edição, talvez o melhor dentre aqueles que escreveu, José Maria Bello defende-se de seus críticos e tenta justificar-se em face da crítica de Barbosa Lima Sobrinho — a ausência dos movimentos das massas. Crítica esta bastante pertinente, pois, embora declare não ignorar a importância dos fatos econômicos, sua história é uma narrativa eminentemente política na qual o realce maior cabe a Floriano Peixoto, vindo a seguir, em seqüência, os quadriênios presidenciais. Seja como for, no entanto, trata-se de um texto que durante muito tempo foi talvez a única obra de conjunto sobre a história factual do primeiro período republicano³⁵.

A História Social do Brasil. Volume 3 – A Época Republicana, de Pedro Calmon. Editada em 1939, esta obra faz parte da *História Social do Brasil*. Os pressupostos que norteiam o historiador são tipicamente positivistas, embora se faça presente ao longo do texto uma certa subjetividade dramática através da qual Calmon tenta, aqui e ali, introduzir a sua própria visão de alguns fatos. Tratava-se, segundo ele, de «apreciar agora, numa síntese compreensiva e larga, a movimentação, as forças próprias, o sentido desse regime, e como o país o entendeu». Sem detalhes, sem regionalismo, haveria apenas *o interesse informativo e realista de uma reportagem com a tolerante serenidade das narrações*³⁶. Mais interpretativo que a história escrita por J. M. Bello, este livro, bem mais sintético, inclui aspectos interessantes de história social e econômica, ainda que de maneira superficial. Sua bibliografia, na parte brasileira, é mais rica e atualizada do que a de seu contemporâneo.

³⁵ BELLO, José Maria, *História da República*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959, 4.^a ed. (1.^a edição, 1940).

³⁶ CALMON, Pedro, *História Social do Brasil. Volume 3 – A Época Republicana*. S. Paulo, Martins Fontes, 2002, 2.^a ed. (1.^a edição, 1939).

Caio Prado Junior, em *Evolução Política do Brasil*, livro publicado em 1933, embora não tivesse em mira fazer um estudo aprofundado da República, deu início às interpretações de cunho marxista na historiografia brasileira. Evitando tratar apenas das elites, as oligarquias cafeicultoras no caso da República, Caio Prado chamou atenção para as forças econômicas e a atuação de novas camadas sociais³⁷. Pouco tempo mais tarde, em 1939, Nelson Werneck Sodré publicou *Panorama do Segundo Império*, onde analisa a queda da Monarquia em termos da emergência de novas forças sociais e transformações na estrutura social e econômica; em 1944, *Formação da Sociedade Brasileira* aprofunda as linhas explicativas presentes naquela obra e acentua a perspectiva teórica marxista que iria, a partir de então, identificar cada vez mais a sua produção historiográfica³⁸.

Em 1958, Leôncio Basbaum publicou na sua *História Sincera da República, de 1889 a 1930*, o segundo volume de uma obra, cujo primeiro volume fora publicado em 1957, compreendendo o período *Das origens a 1889*. Seu método é o materialismo histórico, ou seja, «a interpretação materialista dialética da História, que nos foi legada, há cem anos, por Marx e Engels». Assim, são desprezados, segundo o autor, alguns fatos históricos menos importantes, dando-se particular relevo ao povo, «considerado como fator máximo e ao mesmo tempo o objetivo último da História». A infraestrutura do país, isto é, a economia, assim como a luta de classes, constituem os objetos estudados nos diversos capítulos, com destaque para a questão do imperialismo — o inglês e o americano³⁹. Pode-se, certamente, criticar bastante o tipo de visão marxista do autor, de fato um tanto mecânica e marcada por um empirismo acentuado, além de simplificações excessivas no plano da história das idéias. É interessante observar que Basbaum re-

³⁷ Prado Junior, Caio, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. S. Paulo, Brasiliense, 1957, 2.^a edição (1.^a edição, 1933); Iglésias, Francisco (Org.) Caio Prado Junior. S. Paulo, Ática, 1982.

³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck, *Panorama do Segundo Império*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939; Idem, *Formação da Sociedade Brasileira*, Cia. Edit. Nacional, 1944.

³⁹ BASBAUM, Leôncio, *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Livraria S. José, 1957, Vol. II.

futa a importância atribuída por alguns historiadores ao papel político e ideológico do Partido Republicano, pois, segundo ele não havia uma tradição republicana no Brasil, sendo a afirmação em contrário mais um dos falsos mitos da história⁴⁰.

Neste primeiro grupo de historiadores do primeiro período republicano reunimos alguns autores que, apesar de muito diferentes entre si, representam ainda uma época na qual a escrita da história era praticada por intelectuais sem formação específica de historiadores, isto é, por autodidatas, o que caracteriza um certo tipo de *historiador*, embora isto não signifique, evidentemente, um prejulgamento da qualidade histórica dos livros que escreveram.

4.2. Novas sínteses

Dentre aqueles historiadores que podemos chamar de *contemporâneos*, e cujos trabalhos buscaram produzir sínteses mais ou menos amplas do período republicano, podemos mencionar aqui os nomes e obras de Cruz Costa, Carone, Boris Fausto e Lincoln Penna, aos quais se poderia acrescentar, só para exemplificar, os autores de livros bastante resumidos sobre a República tais como Hamilton Monteiro e Joaquim Felizardo. Ao contrário dos historiadores mencionados no bloco anterior, basicamente autodidatas, os que agora vamos abordar correspondem já a uma nova etapa na construção da identidade do historiador entre nós, pois, eles têm em comum a formação acadêmica no âmbito das faculdades de filosofia criadas na década de 30, sendo bacharéis e/ou licenciados em História, na maior parte, ou em campos das ciências sociais ou das ciências humanas, em alguns outros casos⁴¹.

⁴⁰ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, pp. 284-285.

⁴¹ IGLESIAS, Francisco, *op. cit.*, p. 142 e segs.; Falcon, Francisco Calazans, «A Identidade do Historiador», in: Estudos Históricos, vol. 9, número 17, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 25 e segs.

Cruz Costa publicou, em 1968, uma *Pequena História da República*, em cujo Prefácio reconhece o *impressionismo* de sua própria narrativa, e considera seu trabalho um depoimento capaz de servir aos futuros historiadores. Uma boa parte do texto narra e também tenta explicar os primeiros anos da nova República, até o fim do período florianista, enquanto todo o tempo que daí transcorre até 1930 é apresentado no capítulo IV – A Ordem Civil. O historiador cita com maior frequência as obras de José Maria Bello e Nelson Werneck Sodré, cuja visão do processo histórico tende a partilhar. Trata-se a bem dizer de uma síntese inteligente mas ainda um tanto comprometida com a narrativa factual, onde se destaca a abordagem sobre a história das idéias, um campo já bastante familiar ao autor⁴².

Edgard Carone foi sem dúvida alguma o historiador mais seriamente dedicado às pesquisas documentais e ao estudo da República Velha como um todo. Publicou, em 1969 um volume intitulado *A Primeira República (1889-1930) – Texto e Contexto*. Ao selecionar e organizar os textos e documentos que constituem o livro, Carone dividiu-os em quatro grandes tópicos: os sistemas políticos, a economia, as classes sociais, e as forças armadas, com um interessante epílogo intitulado *O Grande ausente: o povo*. A perspectiva teórica do autor, o materialismo histórico, se faz presente nas próprias escolhas documentais, na disposição temática e na atenção dispensada ao operariado, em contraposição à *classe agrária* e à burguesia⁴³. No intuito de aprofundar questões fundamentais abordadas no volume anterior, Carone, em 1970, publica *A República Velha (Instituições e classes Sociais)*, onde analisa as formas institucionais e as classes sociais. O livro reúne e sistematiza um significativo elenco de fontes documentais, o que lhe confere talvez, à primeira vista, uma certa feição *empirista*, embora, na verdade, o material empírico esteja organizado, em última análise, do ponto de vista teórico, segundo uma perspectiva marxista bastante ampla que

⁴² CRUZ COSTA, J. – *Pequena História da República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

⁴³ CARONE, Edgard, *A Primeira República*. S. Paulo, DIFEL, 1969.

perpassa toda a exposição e lhe confere o sentido explicativo. O mesmo autor publicou, em 1971, o 2.º volume sobre a *A República Velha (Evolução Política)* que complementa o volume anterior. Segundo Carone, seu texto oscila entre dois métodos igualmente válidos: a análise interpretativa e a análise descritiva dos fenômenos *que também é interpretação*. Neste segundo volume permanecem as características teórico-metodológicas já apontadas em relação ao primeiro. Vale notar, agora, da página 431 à 483, uma bibliografia extremamente rica, principalmente em termos de textos contemporâneos — documentos e *crônicas*⁴⁴.

Sob a direção do historiador Boris Fausto, foram publicados, em 1971, dois volumes do Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, o 8.º e o 9.º, sendo o 1.º sobre a «Estrutura de Poder e Economia» e o 2.º sobre «Sociedade e Instituições», abrangendo ambos o período de 1889 a 1930. Trata-se de um trabalho coletivo onde colaboram alguns dos mais eminentes especialistas nas diferentes temáticas nas quais foi dividido o estudo do Brasil Republicano⁴⁵. No vol. 8, por exemplo, há um capítulo sobre *O Poder dos Estados. Análise Regional*, o qual, muito significativamente foi escrito por J. Love, J. Wirth e Roberto Levine, isto é, três *brasilianistas* bastante representativos de uma tendência historiográfica típica dos anos 70 entre nós. Noutro capítulo, Maria Isaura Pereira de Queiroz apresenta *O coronelismo numa interpretação sociológica*. Assim, nos demais capítulos, historiadores como Boris Fausto, Warren Dean, e cientistas sociais como Francisco de Oliveira e Paul Singer estudam temas de política e economia. Também no vol. 9, apenas para exemplificar, destacam-se capítulos como *A crise dos anos vinte e a revolução de 1930*, de autoria de Boris Fausto; *A formação de um pensamento político autoritário na primeira republica. Uma interpretação*, capítulo escrito por Bolívar Lamounier; e *As forças*

⁴⁴ *Idem*. A República Velha (Instituições e Classes Sociais). S. Paulo, DIFEL, 1970; *Idem*, A República Velha (Evolução Política). S. Paulo, DIFEL, 1971.

⁴⁵ FAUSTO, Boris (Dir.), O Brasil Republicano – 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Vol. 8, Parte III, da História Geral da Civilização Brasileira. S. Paulo, DIFEL, 1977, 2.ª edição; *Idem*. O Brasil Republicano – 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Vol. 9, Parte III, da História Geral da Civilização Brasileira. S. Paulo, DIFEL, 1977.

armadas na primeira republica: o poder desestabilizador, elaborado por José Murilo de Carvalho. Trata-se aqui apenas de alguns exemplos, pois, na verdade, nesses dois volumes se encontram diversos outros capítulos igualmente brilhantes.

A História Geral da Civilização brasileira assinala muito bem, de um ponto de vista historiográfico, os começos da tendência que se tornou dominante a partir dos anos 70 — a fragmentação temática e teórico-metodológica. Já não encontraremos mais, a partir daí, salvo algumas exceções muito pontuais, grandes estudos de um único historiador acerca do período republicano como um todo. Por outro lado, cada colaborador produz seu texto de acordo com as suas opções teóricas e seus pressupostos metodológicos, embora só muito raramente se dê ao trabalho de explicitá-los, cabendo assim ao leitor, de um modo geral, tentar perceber tais opções e pressupostos caso esteja interessado.

Em 1980, Lincoln de Abreu Penna, publicou «Uma História da República», cujo subtítulo, significativamente, era: *Um século de República descrito num texto claro e objetivo*. O autor reconhece as dificuldades inerentes ao seu projeto, daí haver optado por uma exposição narrativa, cronológica, em respeito ao leitor menos familiarizado com os fatos. Alguns elementos interpretativos e um certo desafio à reflexão completam, segundo o historiador, o seu trabalho. Seu objetivo principal é o de *sistematizar a história da República brasileira, procurando ressaltar a participação do povo neste processo, sobretudo dos grupos sociais organizados da sociedade*⁴⁶. Enfim, trata-se de uma tentativa de síntese dirigida ao leitor não especializado. Em plena época de obras coletivas, esta aqui se apresenta como uma espécie de manual acessível ao universo não acadêmico. Como curiosidade, observe-se o fato de que o seu *Capítulo I – As origens da República no Brasil*. A idéia de República nas revoltas constitui um exemplo perfeito daquilo que criticamos logo ao início deste texto a respeito da tendência a conferir à idéia de República uma antiguidade absolutamente a-histórica.

⁴⁶ PENNA, Lincoln de Abreu, *Uma História da República*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

A tendência registrada no livro de Lincoln Penna — a elaboração de resumos bastante sucintos sobre o período republicano, materializou-se em livros como os de Joaquim J. Felizardo — História Nova da Republica Velha — do Manifesto de 1870 à Revolução de 1930, publicado em 1980⁴⁷, e de Hamilton M. Monteiro — Brasil Republica, de 1986⁴⁸.

Entretanto, estas iniciativas individuais constituíram apenas exceções à tendência já então dominante voltada para a produção ou de obras coletivas, ou de estudos monográficos cada vez mais circunscritos à pesquisa e interpretação de temas específicos.

4.3. Obras coletivas recentes

Somente para exemplificar, tomamos aqui duas dessas obras coletivas mais recentes: *A República no Brasil*, organizada por Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi, e Verena Alberti, no âmbito do CPDOC, da FGV⁴⁹, cuja publicação teve lugar em 2002; *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*, obra organizada por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, publicada em 2003.⁵⁰ Enquanto a primeira constitui uma produção típica dos principais pesquisadores/historiadores do CPDOC, a segunda reúne um leque bastante amplo de colaboradores pertencentes a diversas universidades e centros de pesquisa.

A República no Brasil compreende as diversas *republicas* que se sucederam desde 1889 aos dias atuais. Sua principal originalidade consiste na

⁴⁷ FELIZARDO, Joaquim J., História Nova da Republica Velha. Do Manifesto de 1870 à Revolução de 1930. Petrópolis, Vozes, 1980.

⁴⁸ MONTEIRO, Hamilton M., Brasil República. S. Paulo, Ática, 1986.

⁴⁹ GOMES, Ângela de Castro, Pandolfi, Dulce Chaves e Alberti, Verena (Orgs.). A República no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira /CPDOC, 2002.

⁵⁰ FERREIRA, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves, (Orgs.) O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

inclusão tanto de estudos tradicionais, como também de outros dos mais interessantes a respeito de temas ou questões raramente tratados em boa parte da historiografia republicana. Assim, dentre os primeiros, podemos mencionar: *As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil*, por Américo Freire e Celso Castro; *Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil*, por Dulce C. Pandolfi; *Através do Brasil: o território e seu povo*, por Ângela de Castro Gomes. Quanto aos segundos, vale aqui citar: *O século do moderno: modos de vida e consumo na República*, por Verena Alberti; *A escola republicana: entre luzes e sombras*, por Ângela de Castro Gomes. Observe-se que o livro se destina a um público amplo e diversificado, pretendendo assim contar a história do período republicano de forma simples e motivadora. Enfim, tal como é comum hoje em dia entre os historiadores, a estrutura do livro não segue uma ordem cronológica, estando os capítulos organizados por temas.

O Brasil Republicano é uma coletânea de textos bastante diversos, não só do ponto de vista dos temas por eles abordados, como também da perspectiva teórico-metodológica de seus respectivos autores, em função de suas formações intelectuais diferenciadas. Segundo seus organizadores, o fio condutor dos quatro volumes que constituem o conjunto da obra é constituído por um dilema e um desafio que atravessam os diversos períodos republicanos — a construção e consolidação da cidadania e da democracia. Convém ainda observarmos que a ordenação temática segue em linhas gerais a cronologia dos acontecimentos, salvo algumas poucas exceções. Vale a pena aqui citar, sem desmerecer os demais, os textos de: Margarida Neves – *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*; Maria Efigênia Lage de Resende – *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*; Jaime Benchimol – *Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro*; Isabel Lustosa – *O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura*; Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto – *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*.

4.4. Apenas alguns exemplos de obras voltadas para temas específicos no âmbito da história da Primeira República

407

Não nos seria possível aqui mencionar as inúmeras obras que, nestas duas ou três últimas décadas, materializaram de certa maneira a tendência historiadora no sentido de estudar temas ou aspectos muito específicos da realidade histórica republicana. Citaremos, a seguir, somente alguns poucos exemplos dessa produção, escolhidos quase ao acaso, visando unicamente dar ao leitor uma primeira idéia desse universo historiográfico que cresce a olhos vistos. Temos então: Telarolli, Rodolpho, *Poder local na Republica Velha*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977; Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1949; Dean, Warren, *A industrialização de S. Paulo*. S. Paulo, DIFEL/EDUSP, 1971; Schwartzman, Simon, *S. Paulo e o Estado Nacional*. S. Paulo, DIFEL, 1975; Pang, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquias - 1889-1943. A Bahia na Primeira Republica Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979; Love, Joseph, *A Locomotiva. S. Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; Wirth, John D., *O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; Levine, Robert, M. *A Velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira, 1889,1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; Love, Joseph L., *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. S. Paulo, Perspectiva, 1975; Lessa, Renato, *A Invenção Republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira Republica Brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999; Ferreira, Marieta de Moraes, *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira Republica (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Edit. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994; Andrade, Manuel Correia de, *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis, Vozes, 2002; Sevcenko, Nicolau, *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira Republica*. S. Paulo, Brasiliense, 1983; Cury, Carlos Roberto J., *Cidadania Republicana e Educação. Governo provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro, DP & A, 2001; Paim, Antonio (Org.), *Plataforma Política do*

Positivismo Ilustrado. Brasília, Edit. da UNB, 1981; Gomes, Ângela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. S. Paulo, Vértice, 1988; Idem, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, Campus, 1979; Hahner, June E., *Relações entre civis e militares no Brasil*. S. Paulo, Pioneira, 1975; De Decca, Edgar, *O silêncio dos vencidos*. S. Paulo, Brasiliense, 1981; Diniz, Eli, *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. R. J., Paz e Terra, 1982; Fausto, Boris, *Pequenos ensaios de história da República, 1889-1945*. S. Paulo, Cebrap, 1970; Janotti, Maria de Lourdes M., *Os subversivos da República*. S. Paulo, Brasiliense, 1986; Lapa, José Roberto do Amaral, *Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1981; Oliveira, Lucia Lippi, *A questão nacional na Primeira República*. S. Paulo, Brasiliense, 1989; Pesavento, Sandra J., *A burguesia gaúcha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988; Prestes, Anita Leocádia, *A Coluna Prestes*. S. Paulo, Brasiliense, 1990; Queiroz, Suely R. de, *Os radicais da República*. S. Paulo, Brasiliense, 1987; Saes, Décio, *Classe média e política na Primeira República brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1975; Sampaio, Consuelo Novais, *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, UFBA, 1978; Santos, Wanderley G. dos, *Ordem burguesa e liberalismo político*. S. Paulo, Duas Cidades, 1978; Silva, Eduardo (Org.), *As idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília e Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, 2 v.; Silva, Helio, 1889: *a República não esperou amanhecer*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972; Silva, Marco Antônio, *República em migalhas*. S. Paulo, Marco Zero, 1989; Topik, Steven, *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Record, 1980; Vilella, Aníbal V. e Suzigan, Wilson, *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975, 2.^a ed.; Witter, Sebastião, *Partido político, federalismo e República*. S. Paulo, Arquivo do Estado, 1984.

Tal como já afirmamos, este elenco de citações não faz jus, como gostaríamos, ao universo de obras produzidas nos dois ou três últimos decênios sobre aspectos os mais variados da história republicana até 1930. Tampouco foi possível analisar aqui as características teórico-metodológicas dessa

produção historiográfica. Apenas em termos bastante gerais é possível sublinhar que os historiadores hoje em dia tendem a interrogar-se sobre o sentido dos fatos, formulando hipóteses explicativas, e analisando e criticando os documentos pertinentes assim como a bibliografia mais atualizada. A pesquisa, momento essencial, deve ter aquele rigor necessário ao pensamento analítico e crítico, sobretudo em relação à malha de conceitos. Em suma, predomina mais do que nunca o empirismo como método e a utilização de pressupostos teóricos os mais diversos como metodologia.